



RESENHA

RICOEUR, Paul. *Identidade Frágil: Respeito ao outro e identidade cultural.*

Texto publicado em *Os direitos da pessoa em questão*, Europe Europa 2000, publicação FIACAT.

Tradução de Douglas Carré, Claudia Tiellet e Noeli Dutra Rossatto, publicada em *Saber Humano*, v. 10, n. 17, p. 7-15, jul/dez. 2020. (ISSN 2446-6298).

SUSIANE KREIBICH¹

O texto *Identidade Frágil: Respeito ao outro e identidade cultural*, do filósofo Paul Ricoeur, se volta ao problema da identidade, relacionando-a à questão da memória, tanto memória pessoal quanto memória coletiva. A fragilidade da identidade se dá devido à sua relação com o tempo e com o outro. Ricoeur inicia apontando a complexidade do tema da questão da identidade vinculada à do reconhecimento do outro, a qual se exprime na pergunta “quem somos nós?”. Tal pergunta reivindica a identidade, e ao respondermos “quem sou eu” nos opomos a responder “que” a forma eis o que somos, nós outros. A fragilidade da identidade se dá pela fragilidade das respostas “que” e é discutida a partir de três causas. Primeiramente, o filósofo introduz a questão da memória e a sua vinculação à questão da identidade. Após, discute a fragilidade da identidade, confrontando a memória de identidade, tanto no plano individual quanto no plano coletivo. Por fim, trata da confrontação com outro.

A questão “que?” (quem?), apresentada no início, pode ser colocada tanto para a primeira pessoa do singular: a mim, eu; quanto para a primeira pessoa do plural: nós, nós outros. O desdobramento da questão se legitima com o problema da memória, a qual é fundamental na discussão da narrativa e da história. Deste modo, a questão da definição da identidade vincula-se à memória, já que esta poderá ser uma identidade pessoal, pois lembrar-se é lembrar-se de si mesmo, tal como ensina Agostinho nas *Confissões* e John Locke no *Ensaio filosófico concernente ao entendimento humano*. Locke propõe identificar identidade, consciência, memória e si mesmo. Identidade é entendida como o primado do mesmo sobre a diversidade (alteridade), princípio segundo o qual uma coisa é o que é e não outra. A identidade de si mesmo culmina no si que reconhece a si mesmo, no momento da reflexão, independentemente do lugar

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: susikreibich@gmail.com.

e do tempo. É a memória que certifica a permanência do si mesmo. Todavia, afirma Ricoeur, a identidade pensada unicamente nesse sentido, não possibilita uma identidade coletiva, de grupos ou comunidades, já que não há a noção de memória coletiva. A memória é mais que rememoração pessoal e privada, mas também é memória partilhada. A memória partilhada possibilita que haja memória coletiva, e esta implica de muitas maneiras na memória pessoal e privada dos indivíduos, uma vez que estes não estão desvinculados de outros que compartilham de seu contexto sociocultural. A memória individual mistura-se à memória coletiva, sendo decisivo o papel da linguagem da memória vinculada ao outro. A linguagem possibilita compartilhar lembranças que se vinculam às de outros, como lembranças de infância, por exemplo. Também é decisiva num processo de rememoração de experiências individuais, como num processo de cura psicanalítica. Eu me lembro, ele/ela se lembra, nós, eles e elas se lembram são atribuições múltiplas de classes gramaticais que podem ser aplicadas à memória, possibilitando um complexo espiral entre as memórias de identidades individual e coletiva.

A primeira causa da fragilidade da identidade é em relação ao tempo, visto que a memória é um componente temporal da identidade e a identidade vincula-se à noção de tempo: permanecer o mesmo ao longo do tempo. A permanência de si mesmo no tempo pode ser entendida como uma relação entre mesmidade e ipseidade. O tempo vinculado à memória individual e coletiva implica na fragilidade da identidade. Primeiramente, no plano individual, a psicanálise ensinou a dificuldade na memória em relação ao passado e na superação de traumas e feridas afetivas. Também no plano da memória coletiva, as memórias podem ser feridas afetivas de um povo, as quais, num processo de cura analítica, são mais difíceis de conduzir. Aliada ao trabalho da memória está o trabalho do sofrimento no qual o indivíduo analisado é convidado a romper os seus investimentos libidinais e focar no princípio da realidade. O trabalho da memória vincula-se ao trabalho do sofrimento, o qual consiste num trabalho de elaboração da perda do objeto libidinal. A noção de perda do objeto de investimento libidinal encontra paralelo no plano da memória coletiva: há perdas coletivas que afetam o poder, o território e as populações, e essas resultam em dores mais graves que as do plano individual e se tornam dores permanentes de um povo. Com isso, há uma memória coletiva ferida por suas perdas, cujo componente melancólico que não encontra resolução terapêutica. Cabe apelo à paciência a respeito dos outros e de si mesmo.

O segundo ponto tratado como fonte de fragilidade da identidade é a confrontação com o outro sentida como ameaça. O outro pode ser percebido como uma ameaça às identidades individual e coletiva, e a hostilidade em relação ao outro pode resultar em alteridade mal

tolerada. Essa relação hostil talvez tenha uma raiz biológica na defesa imunitária do organismo, no qual o organismo defende a sua identidade. Tal defesa toma forma também através da linguagem a qual constitui a mediação entre a memória e o relato. Este constitui o fechamento da identidade numa memória sobre ela mesma. Além disso, uma alteridade mal tolerada resulta em um sentimento de ameaça e de inveja, dificultando o reconhecimento do outro, havendo distanciamento entre a identidade individual e a identidade coletiva. A existência de outros diferentes passa a ameaçar a integridade de si mesmo.

No plano coletivo, os fenômenos de manipulação se interpõem entre a reivindicação identitária e as expressões públicas de memória. Por exemplo, ideologias intervêm no processo de identificação por si mesmo numa comunidade histórica por meio da narrativa. Como toda narrativa é seletiva, as ideologias da memória oferecem fontes de variação de relatos. Já que não se pode relatar tudo, mas momentos que tornam possível montar a intriga, relata-se de maneiras seletivas e distintas, possibilitando a manipulação daquilo que será esquecido ou lembrado. Uma memória exercida é uma memória ensinada e a sua lembrança funda uma identidade comum. De modo que a falibilidade da memória pode servir de exploração ideológica, sempre é possível relatar de outra maneira, confrontando fatos divergentes, o que resultará em uma montagem de intriga diferente e à reinterpretação identitária.

Por fim, a última causa da fragilidade da identidade é a herança da violência fundadora. No âmbito da comunidade histórica, um fato original à guerra é a tortura, um acontecimento fundador e um ato violento legitimado por um estado de direito. O exercício da violência encontra legitimidade nas mãos do estado, o qual tem permissão para infligir medo e dor aos indivíduos, ou até levá-los à morte. A tortura e genocídios não são apenas permitidos, mas comandados em um estado de guerra. Tais atos figuram entre os crimes de guerra, mas são privados de sanções além das morais.

Paul Ricoeur apresenta um texto sucinto e profundo, que conduz a reflexões tanto de âmbito ontológico, quanto de âmbitos ético e político. O texto possibilita reflexões de níveis distintos, as quais podem ser mais profundas quanto mais se estiver de posse dos elementos conceituais que são discutidos em outros textos, tais como as noções de mesmidade (*idem, same, gleich*) e ipseidade (*ipse, self, selbst*), assim como a compreensão de Ricoeur sobre o tempo. Também o conhecimento básico de elementos da psicanálise possibilita melhor compreensão de alguns pontos do texto.

O conceito de identidade narrativa subjaz a discussão, de modo que a mínima apropriação de sua noção facilita a compreensão daquele leitor não habituado à hermenêutica

ricoeuriana. O conceito de identidade narrativa é tratado em *Identidade narrativa*,² texto no qual Ricoeur tem como propósito delimitar a identidade do ser humano como possuidora de uma mediação narrativa. A constituição da identidade não se dá em termos metafísicos, mas é hermenêutica. Desse modo, a identidade é construída ao longo do tempo a partir das relações que o indivíduo estabelece com o outro e com o contexto histórico e cultural no qual está inserido. A construção identitária não é fixa e estática, mas se dá através da narrativa, a partir da dinâmica entre a subjetividade do indivíduo e a alteridade. A identidade narrativa se constitui tanto no nível individual e pessoal quanto no nível coletivo, como as identidades de comunidades históricas, por exemplo. Há uma fusão entre história e ficção na construção da identidade narrativa, de modo que o conhecimento de si próprio e do outro é uma interpretação. Assim, a identidade pessoal é instável e mutável, uma síntese construída a partir de narrativas e interpretações daquilo que o indivíduo narra a si mesmo e sobre si mesmo.

² CORREIA, C. J. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Tradução comentada “L’identité Narrative” de Paul Ricoeur. *Arquipélago* 7, 2000, p. 177-194.